30 Comissão teme corporativismo

A CPI da máfia do Orçamento teme que o corporativismo do Congresso possa influenciar na decisão final do processo — a de punir os participantes do escândalo orçamentário. Os últimos acontecimentos revelando um esquema de poder paralelo no País, criticado por um grande número de parlamentares por considerar como leviana a atitude do senador José Paulo Bisol (PSB-RS), foi o motivo apontado por integrantes da CPI para este tipo de preocupação. “Com o clima que se instalou na última quinta-feira no Congresso, temo muito que os parlamentares acusados possam sofrer a perda de seus mandatos”, afirmou, ontem, o senador Elcio Álvarez (PFL-ES), membro da Subcomissão de Subvenções Sociais.

O senador ressaltou que o próprio regimento interno respalda este tipo de corporativismo, já que o voto definitivo sobre o relatório da comissão será em plenário e secreto. Ele disse que já havia sentido esta tendência durante o pedido de prorrogação dos trabalhos da CPI por mais 45 dias, diante da dificul-

dade de convencimento, especialmente em relação aos deputados. “Vam os torcer para que a questão política seja decisiva neste caso”, observou o deputado Néelson Trad (PTB-MS). O parlamentar também demonstrou preocupação com a participação na revisão constitucional dos deputados e senadores envolvidos no processo. “Esta é uma das maiores interrogações que fazemos no momento”, revelou.

Uma sugestão seria acreditar na tese ética de que qualquer chefe administrativo envolvido em processo disciplinar teria que ser afastado. A idéia de Trad no entanto, foi logo contestada por Elcio Álvarez: “O problema é que ninguém vai proceder desta forma, pois seria uma espécie de confissão de culpa”. Os dois lembraram que a emenda do deputado Néelson Jobim (PMDB-RS) — relator da revisão — que garante o afastamento dos acusados sofre divergências quanto a sua constitucionalidade. Uma solução será pedir à Mesa do Congresso que abra um processo disciplinar contra os envolvidos, concordaram finalmente.